

O G20 Sob a Presidência do Brasil: o Enfoque Socioambiental, o Incentivo à Participação Popular e a Busca pelo Consenso*

Selma Lúcia de Moura Gonzales

Doutora em Geografia Humana (USP), Mestre em Gestão do Espaço Regional (UnB) e graduada em Geografia (UEL). Professora e pesquisadora na Escola Superior de Defesa (linha de pesquisa “Geopolítica, Diplomacia e Desenvolvimento”) e coordenadora acadêmica do curso de Geopolítica e Defesa.

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a presidência brasileira do G20, em 2024, identificando possíveis inovações quanto às temáticas e proposições apresentadas, assim como as construções de consensos em torno dos temas discutidos. O Brasil assume essa função num contexto político onde ganha força, novamente, a chamada diplomacia presidencial. A autora analisa em particular a criação de duas forças-tarefa temporárias e conjuntas: Força-Tarefa para o Lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima; e uma iniciativa sobre Bioeconomia.

Palavras-chave: G20 2024; Presidência Brasileira; Enfoque Socioambiental.

Abstract

This article aims to analyze the Brazilian conduct with the G20 presidency in 2024, identifying possible innovations regarding the themes and propositions presented, as well as the construction of consensus around the topics discussed. Brazil assumes this role in a Brazilian political context where the so-called presidential diplomacy is gaining strength again. Among the innovations are the creation of two temporary and joint task forces: Task Force for the Launch of a Global Alliance against Hunger and Poverty; Task Force for Global Mobilization against Climate Change; and an initiative on Bioeconomy.

Keywords: G20 2024; Brazilian Presidency; Socio-environmental Approach.

Artigo recebido: 11.11.2024

Aprovado: 20.11.2024

<https://doi.org/10.47906/ND2024.169.04>

* Este artigo respeita a grafia em uso no Brasil.

1. Introdução

Ao divulgar o planejamento dos trabalhos e agenda de atividades desenvolvidas para a presidência rotativa do G20, ocorrida no período de 1 de dezembro de 2023 a 30 de novembro 2024, o governo brasileiro imprimiu uma frase que se tornaria a marca dos eventos: Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável. Tal perspectiva colocou em evidência um posicionamento brasileiro que retomava valores intrínsecos à presidência do governo Luís Inácio Lula da Silva (Lula) desde o seu primeiro mandato em 2003¹: o combate à fome e à desigualdade, agora incorporando também temas da agenda ambiental, tão premente nos dias de hoje. Para Ramalho (2024, p. 1) “no futuro, os historiadores que examinarem os dois primeiros governos de Lula realçarão dois conjuntos de compromissos que marcaram a ação do governo federal na primeira década deste século: (1) a redução da pobreza, o combate à fome e à desigualdade; e (2) o compromisso com a democracia e com a gestão participativa no Brasil e no mundo.”

Tais discursos são retomados no terceiro mandato do governo Lula e inseridos na agenda brasileira junto à presidência do G20. Isso ficou evidente na alocução do Presidente no encerramento da 18.^a Cúpula de Chefes de Governo e Estado do G20, realizado em Nova Déli em 2022, quando lançou os três principais eixos da presidência brasileira ao G20 que aconteceria em 2024: “(1) inclusão social e combate à fome e à pobreza; (2) transições energéticas e promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e (3) reforma das instituições de governança global” (Brasil, 2024, p. 4).

Cabe destacar que, pela primeira vez, desde a fundação do Grupo dos 20, em 1999, o Brasil assume essa função no formato atual do grupo. Em 2008 o Brasil havia presidido o G20, mas o evento tinha nível ministerial.

Tal fato se vincula ao atual contexto político brasileiro onde ganha força, novamente, a chamada diplomacia presidencial², que carrega forte influência na indicação do Brasil para gerir ou liderar alguns fóruns. Pouco tempo após a assunção do cargo, em janeiro de 2023, o governo já anunciava três tarefas de grandes responsabilidades que ocorreriam ao longo de sua gestão (2023 a 2026) no que concerne à política externa e

1 Os dois primeiros mandatos do Presidente Lula foram no período de 2003 a 2010.

2 Em 2023, no primeiro ano do seu terceiro mandato, o Presidente visitou 24 países, se reunindo com chefes de governo ou de Estado de 57 países diferentes. Por meio da chamada diplomacia presidencial, quando o chefe do executivo se envolve diretamente nas relações internacionais do país, ajudou a recolocar o Brasil na mesa dos grandes debates e agenda internacionais. Somente no ano de 2023, dentre as 17 cúpulas em que esteve, Lula representou o Brasil na Assembleia Geral da ONU, participou da reunião dos líderes do G7 no Japão e do G20 na Índia, liderou o relançamento da Comunidade dos Países Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), em Buenos Aires, participou ativamente no grupo dos BRICS, na África do Sul e discursou na abertura da COP 28 nos Emirados Árabes Unidos (Martins, 2023).

inserção internacional do Brasil. A primeira foi a presidência rotativa do G20 (2024), a segunda, a realização da 30.^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes – COP 30) (novembro de 2025) em Belém, cidade situada na região Amazônica, e a presidência dos BRICS, também no ano de 2025. Nesse contexto, este artigo tem por objetivo analisar a condução brasileira na presidência do G20, identificando possíveis inovações quanto às temáticas e proposições apresentadas, assim como as construções de consensos em torno dos temas discutidos. Metodologicamente, este artigo apresenta uma pesquisa exploratória com base em documentos oficiais, e resultados parciais dos trabalhos desenvolvidos ao longo da presidência brasileira à frente do G20 haja vista que o término desta pesquisa foi anterior ao encerramento da Cúpula de Líderes em meados de novembro de 2024. Foram analisadas as proposições, assim como as notas técnicas e conceituais dos grupos de trabalho. Urge esclarecer que este artigo não tem a pretensão de avaliar a efetividade das proposições, haja vista que a presidência brasileira à frente do G20 ainda está ocorrendo e tal análise somente seria possível após decorridos tempo suficiente aos possíveis desdobramentos de tais recomendações. Urge também esclarecer que, por ser uma pesquisa exploratória, o foco está sobre a dinâmica e estrutura do fórum e suas particularidades sob a presidência brasileira, o que prescinde de uma discussão teórica-conceitual mais aprofundada.

Esta pesquisa está estruturada em três partes. A primeira apresenta a estrutura e o histórico da criação do G20, a segunda, a agenda de atividades integrada pelos grupos de trabalho, forças-tarefas e iniciativa e, por fim, os principais resultados e recomendações.

2. Breve Histórico do G20

Também conhecido como Grupo dos Vinte, o G20 é composto atualmente por 19 países (África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) e duas organizações regionais (União Africana e a União Europeia). Foi criado no ano de 1999 em um contexto de crises econômicas internacionais, desde a do México de 1994, passando pela dos Tigres Asiáticos, que atingiu especialmente Coreia do Sul, Indonésia e Tailândia, e a da Rússia em 1998. Para Lyrio e Pontes (2024, p. 18), “as crises da década de 1990 ocorreram em meio a questionamentos sobre as formas ortodoxas de resposta e a profundas divergências de diagnósticos quanto a causas e tratamento. [...] A isso se acrescia o fato de que os países mais afetados pelas crises não tinham presença significativa nas principais instâncias internacionais encarregadas de oferecer soluções aos problemas econômicos e financeiros globais”. Assim, esse novo arranjo foi pensado para envolver,

além dos países do G7, outras economias emergentes e em desenvolvimento, mas com participação considerável no comércio e fluxo financeiro mundial, a exemplo da China, Índia, Brasil, Turquia etc.

O G20 foi estruturado inicialmente como um fórum multilateral integrado por ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais com o objetivo de debater questões econômicas e financeiras mundiais. Era o G20³ financeiro. Foi gestado dentro do G7, grupo composto pelas maiores economias do mundo, como uma tentativa de fortalecer a coordenação internacional na área financeira⁴. A proposta inicial partiu do então ministro das Finanças do Canadá, Paul Martin, e foi imediatamente aceite pelo secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers. Em um documentário sobre a história da criação do G20, de 2018, Paul Martin alerta sobre a necessidade de cooperação, único caminho para a resolução dos problemas prementes enfrentados pela comunidade global e que essa foi a ideia por trás da criação do G20. “After experiencing the financial crises of the 1990s, Martin and Summers were convinced that the existing Group of Seven was not enough – there needed to be more voices at the table” (CIGI, 2018).

Gestado e integrado pelos países do G7, a proposta para o G20 incorporou algumas características daquele fórum, como a ausência de uma estrutura formal e um secretariado, presidências rotativas anuais e indicação de um representante pessoal (Sherpa)⁵ dos chefes de Estado e de Governo, que participam dos diálogos e supervisionam as negociações, discutem pontos que formam a agenda da cúpula e coordenam a maior parte do trabalho, ou seja, são os líderes de cada país que encaminham as discussões e acordos até a cúpula final com chefes de Estado e de Governo.

Entre 1999 e 2008, o G20 Financeiro teve um papel secundário, pois, após a crise financeira asiática, a economia global foi se recuperando e crescendo. Entretanto, os países emergentes estavam insatisfeitos com a estrutura institucional existente, que não refletia seu peso crescente. No âmbito econômico, o FMI e o Banco Mundial já não representavam adequadamente as economias em desenvolvimento. No campo político, surgiram iniciativas como o G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) para

-
- 3 Importa esclarecer que o G20 Econômico-Financeiro é diferente do chamado G20 Comercial, criado em 2003 durante a V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), na Rodada de Doha, por meio de articulação do Brasil e da Índia. É composto apenas por países em desenvolvimento e concentrou sua agenda em discutir a liberalização do comércio de produtos agrícolas, diminuindo o protecionismo para que os países emergentes acessassem os mercados dos países desenvolvidos.
 - 4 “The G20’s work will focus on translating the benefits of globalization into higher incomes and better opportunities for people everywhere” (G7 Information Centre, 1999).
 - 5 Os Sherpas são uma etnia da região montanhosa do Nepal, que em linguagem tibetana significa “povo do leste”. São encarregados de acompanhar e ajudar os montanhistas/alpinistas que almejam chegar ao topo do Monte Everest. Sem suas habilidades, seria quase impossível chegar ao cume da montanha (Brasil, 2024).
-

pressionar por uma reforma do Conselho de Segurança da ONU. No comércio, o G20 Comercial destacou distorções no mercado agrícola. Mesmo com essas pressões, o G20 permaneceu focado em discussões econômicas. Para acomodar os interesses dos emergentes, houve iniciativas como o “G8+5” (com a inclusão de África do Sul, Brasil, China, Índia e México) e o “processo de Heiligendamm” em 2007, que propôs uma cooperação mais estruturada. No entanto, os emergentes continuavam apenas como “convidados” nas discussões, limitados a temas definidos pelos países do G8, evidenciando a inadequação desse formato para lidar com as mudanças globais e a ascensão dos países em desenvolvimento (Lyrio e Pontes, 2024).

Em 2008, a crise causada pela quebra do banco Lehman Brothers, nos EUA, se espalhou para diversos países, especialmente europeus, resultando em desaceleração econômica e desconfiança sobre a saúde da economia mundial. Para Cosendey (2011), se em 1999 a crise dos países periféricos causou instabilidade financeira no sistema internacional, em 2008 foi provocada pelos países do centro. Nas palavras do autor (p. 83):

“quando o G20 Econômico-Financeiro foi criado em 1999, na esteira das crises asiática, russa e brasileira, para congregar os principais países avançados e os maiores países em desenvolvimento, o mundo havia mudado. Constatava-se que a periferia havia crescido e, pela via da globalização financeira, podia afetar as economias centrais. O Grupo foi formado [...] mas era indissociável o objetivo de trazer os grandes países ‘emergentes’ a práticas e comportamentos considerados adequados para o prosseguimento sem sobresaltos da internacionalização dos fluxos financeiros. Quando esse mesmo G20 se tornou uma reunião de chefes de Estado e de governo esse autodeclarou, em Pittsburgh, em 2009, o principal foro para a cooperação econômica internacional entre seus membros, o mundo havia mudado de novo. Era o centro quem gerava a crise e constatava que a periferia era essencial na recuperação, e que, em boa medida, as práticas e comportamentos antes considerados adequados estavam por trás da maior crise econômica desde a década de 1930”.

Entre 2009 e 2010 as reuniões de cúpula se realizaram duas vezes por ano, a partir de 2011 elas passam a ser anuais. Também, houve uma ampliação na agenda de temas e os trabalhos são conduzidos ao longo do ano em duas faixas paralelas de atuação, uma conduzida pelos ministros das Finanças e presidentes de Banco Centrais de países-membros, a outra pelos emissários pessoais dos líderes do G20 (sherpas). Enquanto a trilha de finanças trata de assuntos macroeconômicos estratégicos, a trilha de sherpas supervisiona as negociações, discutem os pontos que formam a agenda da cúpula de líderes e coordenam a maior parte do trabalho. Nas duas trilhas existem grupos de trabalho temáticos formados por representantes dos governos dos países-membros e dos países e organizações internacionais convidadas (Brasil, 2020, p. 8). A primeira cúpula de chefes de Estado e de Governo do G20 foi realizada em novembro de 2008, em Washington D.C., Estados Unidos, por iniciativa do Presidente George

W. Bush, objetivando, especificamente, discutir medidas para conter a crise financeira global. Naquele ano o G20 encontrava-se sob a presidência rotativa do Brasil e já havia ocorrido uma reunião de ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais no Brasil, na cidade de São Paulo. Para Lyrio e Pontes (2024), no final de 2008 ainda não estava claro se o G20 se consolidaria como um foro permanente para crises globais, para além do âmbito econômico e financeiro. As discussões focavam apenas na crise financeira global, refletido no título do evento: “Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial”. A declaração dos líderes limitou-se a compromissos econômicos, apontando que a coordenação “inconsistente ou insuficiente” das políticas macroeconômicas contribuíra para a crise. Do resultado dessa cúpula foi aprovado o Plano de Ação para implementar reformas no funcionamento das instituições financeiras e intensificar a cooperação entre reguladores, promovendo participação mais ampla das economias emergentes.

A foto abaixo ilustra a primeira cúpula de chefes de Estado e de Governo do G20, com o presidente chinês ao lado do presidente americano, sinalizando um contexto geopolítico que, alguns anos depois, seria consideravelmente alterado e colocaria em evidência as fortes disputas geoestratégicas e geoeconômicas entre China e EUA.

Figura 1

Foto dos chefes de Estado e de Governo da 1.ª Cúpula do G20 em Washington (EUA)



Fonte: <https://www.g20.org/>

O Quadro 1 abaixo ilustra a sequência da presidência rotativa do G20. As reuniões de Cúpula começam a ocorrer em 2008, sendo a primeira por iniciativa dos EUA. Nesse ano o Brasil estava responsável por coordenar as reuniões dos ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais. Fato que chama a atenção é a sequência, desde 2022, de presidências de países do chamado “Sul Global”: Indonésia (2022), Índia (2023), Brasil (2024) e a próxima, África do Sul (2025).

Quadro 1
Presidência rotativa do G20 Financeiro e Cúpula de Líderes

1999	Fundação	2012	México
1999	Canadá	2013	Rússia
2000	Canadá	2014	Austrália
2001	Canadá	2015	Turquia
2002	Índia	2016	China
2003	México	2017	Alemanha
2004	Alemanha	2018	Argentina
2005	China	2019	Japão
2006	Austrália	2020	Arábia Saudita
2007	África do Sul	2021	Itália
2008	<i>Brasil (1.ª Cimeira – Washington)</i>	2022	Indonésia
2009	Reino Unido	2023	Índia
2010	Coréia do Sul	2024	Brasil
2011	França	2025	África do Sul

Fonte: G20 Information Centre (<https://www.g20.utoronto.ca/ministerials.html>).

Ao longo dos anos foram incorporados às agendas das cúpulas do G20 outros temas, como combate à corrupção, fortalecimento das instituições globais, desenvolvimento inclusivo, luta contra o terrorismo, empoderamento das mulheres, desafios ambientais, desemprego e renda, igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável, dentre outros, o que, de certa maneira, trouxe para o interior do G20 Financeiro temas que também são discutidos em outros fóruns.

Lyrio e Pontes (2024, p. 63) afirmam que “interpolaridade” é o termo que sintetiza, mais adequadamente, o modo de funcionamento do G20. Significa uma simbiose entre a crescente multipolaridade e a interdependência entre os países do globo.

“Segundo essa ideia, diversas crises no campo econômico, ambiental ou energético só poderão ser devidamente enfrentadas por meio de ação internacional coordenada. Assim, a cooperação é indispensável, mesmo entre potências rivais num contexto multipolar. E para que esse diálogo ocorra, é importante que existam espaços que propiciem interação regular entre os líderes, em especial nos momentos de crise e conflagração. É esse o papel do G20: contribuir para uma governança global mais estruturada, ainda que imperfeita” (p. 64).

3. A Presidência Brasileira do G20

A escolha de país para a presidência rotativa do G20 segue um rito relativamente informal. A prática consiste em que o país interessado manifeste essa intenção ao seu grupo de pertença e, posteriormente, são realizadas consultas com todos os membros do G20 para obter um consenso. Um consenso também surgiu sobre princípios para orientar a seleção de cadeiras futuras, que deve haver uma rotação anual equitativa entre todas as regiões e entre países em diferentes níveis de desenvolvimento (G20 Report, 2007).

Os países foram divididos em cinco grupos buscando uma relativa lógica geográfica, porém não aplicadas a todos os grupos, a exemplo do grupo 1 e 2.

Quadro 2
Grupos do G20 – rotação das cadeiras

Group One (2001, 2006, etc.)	Group Two (2002, 2007, etc.)	Group Three (2003, 2008, etc.)	Group Four (2004, 2009, etc.)	Group Five (2005, 2010, etc.)
Australia	India	Argentina	France	China
Canada	Russia	Brazil	Germany	Indonesia
Saudi Arabia	South Africa	Mexico	Italy	Japan
United States	Turkey	—	United Kingdom	Korea

Fonte: G20 Report, 2007, p. 130 (<https://www.g20.utoronto.ca/docs/g20history.pdf>).

Por meio do Decreto nº 11.561, de 13 de junho de 2023, ficou instituída a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20 pelo Brasil, contando com a representação de 39 órgãos e entidades. Esse documento estabeleceu as instâncias de governança para a participação na presidência rotativa (de 1 de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024) e na troika⁶ do G20 (até 30 de novembro de 2025). A 19.^a Cúpula do G20 será realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro.

6 Troika: trio de membros formado pelo último ocupante da presidência do grupo, o atual e o próximo presidente. O governo que ocupa a presidência coordena o grupo, com apoio dos outros dois. A troika de 2024 é formada pela Índia (presidência de 2023), Brasil (presidência de 2024) e África do Sul (presidência de 2025). Esses países integram também o fórum IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul), uma iniciativa trilateral desenvolvida com o objetivo de promover a cooperação Sul-Sul. O IBAS foi formalmente lançado em 6 de junho de 2003.

Além dos 19 países e das duas organizações (União Africana e União Europeia,) integrantes do G20, Brasil convidou mais sete países a participar do calendário completo de reuniões e eventos: Angola, Egito; Emirados Árabes Unidos; Espanha; Nigéria; Noruega; Portugal; Singapura além de 12 (doze) organizações⁷.

Como o G20 possui uma estrutura informal, sem uma secretaria permanente, a presidência rotativa organiza os fluxos de trabalho, com o apoio dos demais países da troika, em duas faixas paralelas de atuação: a Trilha de Sherpas, comandada por emissários pessoais dos líderes do G20 e a Trilha de Finanças, comandada pelos ministros das Finanças e Bancos Centrais dos países-membros. O Sherpa indicado pelo governo brasileiro foi o embaixador Mauricio Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores e a coordenadora da Trilha de Finanças foi a economista e diplomata Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Um fato inovador é que sob a presidência brasileira as duas trilhas têm se aproximado e trabalhado conjuntamente desde o início das reuniões do G20.

A estrutura do G20 em 2024 contempla a Trilha de Sherpas, a Trilha de Finanças e o G20 Social.

3.1. Trilhas de Sherpas

A Trilha de Sherpas em 2024 foi composta por 15 grupos de trabalho, duas forças-tarefa e uma iniciativa. Os temas e os grupos de trabalho têm sido ampliados a cada cúpula do G20. Em 2022 eram 13 grupos, em 2023 foi acrescentado mais um (empoderamento de mulheres) durante a presidência da Índia e em 2024, outro grupo se somou (diálogo sobre pesquisa e inovação), apresentado pelo Brasil.

O quadro abaixo, com informações extraídas da página oficial do G20 Brasil 2024, resume os temas, objetivos e resultados parciais obtidos pelos grupos de trabalhos, forças-tarefa e a iniciativa da Trilha de Sherpas.

⁷ Organização das Nações Unidas (ONU); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização Mundial da Saúde (OMS); Banco Mundial (BM); Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Fundo Monetário Internacional (FMI); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Novo Banco de Desenvolvimento (NDB); Corporação Andina de Fomento (CAF).

Quadro 3
Trilha de Sherpas

Grupos de Trabalho		
Tema	Objetivo	Resultados parciais/finais
1. Agricultura	Promover a cooperação internacional para a agricultura mundial: segurança alimentar, agricultura sustentável, inovação tecnológica e adaptação às mudanças climáticas.	Declaração ministerial <u>por consenso</u> : quatro eixos: segurança alimentar, enfrentamento das mudanças climáticas, inclusão social e combate à fome; promoção de práticas agrícolas sustentáveis; importância do comércio local e internacional na distribuição de alimentos; e o apoio ao desenvolvimento econômico sustentável.
2. Anticorrupção	Formular princípios e padrões anticorrupção que fortaleçam a implementação dos principais instrumentos internacionais, em particular a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.	Consenso Ministerial sobre Práticas Anticorrupção dos países do G20. Apoio ao Plano de Ação Anticorrupção do G20 (2025-2027).
3. Comércio e Investimentos	Fortalecer os mecanismos de comércio e investimento, promover o crescimento do comércio global, a coordenação e cooperação entre as políticas de investimento, apoiando negociações multilaterais e cadeias de ganho de valor globais inclusivas.	Declaração aprovada por consenso: estabelece nove princípios voluntários para orientar os países do G20 na implementação de políticas que alinhem o comércio internacional com objetivos de desenvolvimento sustentável.
4. Cultura	Fomentar discussões e ações que visem ao aproveitamento do potencial transformador da cultura na sociedade, seu impacto na economia e no desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como a promoção de uma cultura de paz e harmonia entre os povos.	Declaração ministerial publicada, mas <i>com o dissenso da Argentina</i> em tópicos específicos (6 a 8). Pautas: diversidade cultural e inclusão social; ambiente digital e direitos autorais; economia criativa e desenvolvimento sustentável e preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural e da memória.
5. Desenvolvimento	Estabelecer uma agenda de desenvolvimento e redução da pobreza, em coordenação com os demais grupos de trabalho e engajar países em desenvolvimento não membros, aos trabalhos do G20.	Declaração ministerial por consenso: necessidade de reduzir as desigualdades dentro e entre os países e promover oportunidades para todas as pessoas, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico ou outros status.

[continua]

6. Economia Digital	Tratar de temas relacionados à conectividade, ao governo digital, à integridade da informação e à inteligência artificial.	Declaração por consenso: compromissos para garantir infraestrutura, inclusão digital e melhor conectividade; governo digital para ampliar o acesso aos serviços públicos; sistemas de Inteligência Artificial mais inclusivos e justos; combate à desinformação na internet e integridade da informação.
7. Educação	Valorização de profissionais da educação e a conexão de práticas sobre desenvolvimento sustentável entre gestores e profissionais.	Declaração aprovada por consenso: financiamento adequado, integração tecnológica, participação da comunidade escolar e valorização dos professores em todas as esferas, como base de uma educação inclusiva e de qualidade.
8. Empoderamento de mulheres	Apoiar os países a abordarem a desigualdade de gênero e impulsionar o empoderamento das mulheres em suas diferentes dimensões. Criado em 2023 na presidência indiana do G20.	<i>Declaração publicada com dissenso da Argentina.</i> Temas: igualdade de gênero, autonomia econômica, economia da prestação de cuidados, misoginia e violência de gênero e ação climática, participação dos esforços de paz (prevenção e resolução de conflitos, mediação e operações de paz).
9. Pesquisa e inovação	Avançar no acesso e na transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, reduzindo as desigualdades e promovendo o desenvolvimento econômico inclusivo, justo e sustentável. Criado durante o G20 Brasil.	Declaração aprovada por consenso: inovação aberta como base para a colaboração global, desenvolvimento de tecnologias voltadas para a neutralidade de carbono e a redução de emissões de gases de efeito estufa e importância da Amazônia para pesquisas focadas na sustentabilidade da floresta tropical.
10. Sustentabilidade Ambiental e Climática	Discutir a adaptação frente a eventos climáticos extremos; pagamentos por serviços ecossistêmicos; oceanos; além de resíduos e economia circular.	Consenso na declaração: ampliação dos compromissos de enfrentamento ao acirramento das mudanças do clima como a perda de biodiversidade, desertificação, degradação dos oceanos e da terra, seca e poluição no mundo.
11. Emprego	Desenvolver ações para criar empregos de qualidade e promover o trabalho decente visando garantir a inclusão social e eliminar a pobreza, com uma transição justa face às transformações digitais e energéticas.	Declaração aprovada por consenso: emprego de qualidade, trabalho digno, inclusão social, eliminação da pobreza, combate à fome, tecnologias como meio de melhorar a qualidade de vida, igualdade entre homens e mulheres e promoção da diversidade no mundo do trabalho.

[continua]

12. Transições Energéticas	Debater o cenário de transição global para utilização de fontes de energia limpas e sustentáveis e os caminhos para uma transição energética justa, acessível e inclusiva.	Aprovados, por consenso, a declaração ministerial e os princípios para transições energéticas justas e inclusivas.
13. Redução de riscos e desastres	Abordar questões críticas relacionadas à gestão de crises e catástrofes em escala global. Desempenhar papel crucial na promoção da resiliência, prevenção e mitigação de riscos nos países membros	Declaração ministerial aprovada por consenso e lançamento de compêndios sobre boas práticas de gestão de riscos em casos de eventos extremos.
14. Turismo	Promover o desenvolvimento sustentável no setor turístico, com ações de qualificação e capacitação com foco na cooperação internacional e no fortalecimento das instituições multilaterais.	“Declaração de Belém”, aprovada por unanimidade, destaca diretrizes para o desenvolvimento sustentável do setor e a cooperação internacional.
15. Saúde	Abordar questões da saúde global e impulsionar a cooperação internacional e ação coordenada, para a construção de sistemas de saúde resilientes, com ênfase na redução de desigualdades.	“Declaração de Saúde” aprovada por consenso: compromisso dos países membros em fortalecer a cooperação internacional em saúde, especialmente em face dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19 e outras emergências sanitárias.
Forças-tarefa		
1. Mobilização global contra a mudança do clima	Promover o diálogo de alto nível entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais para catalisar o alinhamento macroeconômico e financeiro global no sentido de implementar os objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Acordo de Paris.	A Força-tarefa foi estabelecida pela presidência brasileira do G20 e teve suas reuniões inaugurais ao longo de 2024. Seu objetivo é consolidar os resultados dos demais grupos de trabalho e articular respostas coordenadas das Trilhas de Sherpas e de Finanças do G20 ao desafio da mudança do clima.

[continua]

<p>2. Aliança Global contra a fome e a pobreza</p>	<p>Estabelecer uma Aliança Global para angariar recursos e conhecimentos para a implementação de políticas públicas e tecnologias sociais comprovadamente eficazes para a redução da fome e da pobreza no mundo. A adesão à Aliança Global está aberta não somente aos membros do G20, mas a todos os países interessados.</p>	<p>Aprovação da estrutura institucional da Aliança, por meio de quatro Documentos Constitutivos: Documento Fundacional – “Unidos contra a Fome e a Pobreza”; Modelo para a Declaração de Compromisso individual com a Aliança; Termos de Referência e Marco de Governança; Critérios para conformação da Cesta de Políticas Públicas da Aliança.⁸ O lançamento oficial da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza está previsto para ocorrer em paralelo à Cúpula de Líderes do G20, em novembro de 2024.</p>
Iniciativa		
<p>Bioeconomia</p>	<p>Estrutura-se em três eixos temáticos: ciência, tecnologia e inovação; uso sustentável da biodiversidade; e o papel da bioeconomia na promoção do desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Definição dos dez Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia, voluntários e não vinculativos.⁹</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações disponíveis em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/trilhas/trilha-de-sherpas>

Conforme mostrado no quadro acima, com exceção de duas declarações, as demais foram concertadas e aprovadas pelos diferentes grupos de trabalho. As declarações e demais documentos (planos de ação, recomendações, “mapas do caminho” ou *roadmaps* e relatórios), necessitam ser aprovados por consenso, o que exige uma complexa negociação para conciliar posicionamentos por vezes divergentes entre os Sherpas. Outro aspecto a mencionar é a linguagem do documento, em alguns casos, bastante genérica e apenas declaratória, não ensejando maiores compromisso. Conforme esclarecem Lyrio e Pontes (2024, pp. 55-56),

“esses documentos não constituem «normas» no sentido formal, estando despidos do caráter vinculante de resoluções (ou suas variações terminológicas, como decisões ou diretrizes) adotadas no âmbito de outras organizações internacionais. Não são, tampouco, «acordos» internacionais que geram obrigações formais. Caso as recomendações deixem de ser implementadas por um país que integra o G20, não há a previsão de que sofra represália direta por conta disso, mas são consideráveis o constrangimento e o custo político do descumprimento, e o risco de que o país venha a enfrentar pressões internacionais e reprimendas de caráter informal ou unilateral ao esquivar-se das decisões acordadas”.

8 Para mais informações sobre esses documentos, *vide*: Final Documents_Global Alliance against Hunger and Poverty.pdf

9 *Vide*: G20 Initiative on Bioeconomy (GIB) G20 – High-Level Principles on Bioeconomy-PT-BR.pdf

Também, conforme nos informa Lyrio e Pontes (2024), os países do G20 são ligados pela busca de entendimentos e de consensos por meio de um processo informal e flexível e não por um quadro jurídico previamente estabelecido, o que advém daí que os consensos construídos no âmbito do G20 podem influenciar ou mesmo orientar discussões na ONU ou em qualquer outro foro já estabelecido, porém não são *per se* vinculantes.

3.2. Trilha de Finanças

A Trilha de Finanças, diferente da Trilha de Sherpas, está mais voltada para assuntos macroeconômicos. Está estruturados em sete grupos técnicos, além de uma força-tarefa. O quadro abaixo apresenta uma síntese dos temas tratados em cada grupo.

Quadro 4
Grupos da Trilha de Finanças

Grupos técnicos	Temas
1. Assuntos do Setor Financeiro	São debatidos diretamente pelos ministros das finanças e presidentes de bancos centrais questões relacionadas à estabilidade financeira e ao desenvolvimento de soluções para a área. Não há formalmente um grupo de trabalho específico.
2. Arquitetura Financeira Internacional	Criado após a crise financeira global de 2008/2009. Discute políticas para promover uma arquitetura financeira internacional mais estável, resiliente e equilibrada; questões afetas ao financiamento para o desenvolvimento, gerenciamento da dívida e fluxos de capitais.
3. Economia Global	Discute questões atualmente relevantes do ponto de vista macroeconômico internacional. Abarca temas conjunturais e estruturais, monitorando riscos e incertezas que afetam o cenário global e as projeções sobre o desenvolvimento mundial.
4. Finanças Sustentáveis	Busca mobilizar finanças sustentáveis como meio de garantir o crescimento e a estabilidade globais, promovendo transições para sociedades e economias mais verdes, resilientes e inclusivas. Procura identificar barreiras institucionais e de mercado a estas finanças, desenvolver opções para superar tais obstáculos e contribuir para um melhor alinhamento do sistema financeiro internacional com os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.
5. Inclusão Financeira	Funciona como uma plataforma inclusiva para os países do G20, países não pertencentes ao G20 e partes interessadas relevantes para aprendizagem entre pares, partilha de conhecimentos, defesa de políticas e coordenação. É o principal mecanismo de implementação do Plano de Ação para a Inclusão Financeira do G20, buscando a inclusão financeira de pessoas físicas e de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

[continua]

6. Infraestrutura	Discute o financiamento à infraestrutura, incluindo instrumentos inovadores para mobilizar recursos financeiros. Recentemente, tem se concentrado em aumentar os recursos para infraestrutura e desenvolvimento sustentável, com ênfase em cidades e desafios das transições climática, energética e digital. O foco é tornar as infraestruturas mais resilientes e inclusivas, especialmente em países em desenvolvimento e vulneráveis.
7. Tributação internacional	Centrado em aumentar a eficiência dos sistemas tributários e redução das desigualdades, com o envolvimento de todos os países-membros em uma plataforma inclusiva. Não se constitui como um grupo de trabalho. Os subsídios e formulações construídos entre os países-membros são debatidos e decididos diretamente pelos representantes dos governos.
Força-tarefa	
Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde	Concebida em 2021, no auge da pandemia de Covid-19, como um fórum para aprimorar o diálogo e a cooperação global em Prevenção, Preparação e Resposta (PPR) a pandemias, alinhada à Abordagem de Saúde Única e aos objetivos e prioridades da Organização Mundial da Saúde (OMS). Conta com assistência de sua Secretaria, sediada na Organização Mundial da Saúde (OMS) e com o apoio do Banco Mundial.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações disponíveis em:
<https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/trilhas/trilha-de-financas>

Conforme contido no quadro acima, os grupos técnicos da Trilha de Finanças estão voltados à governança relacionada à macroeconomia, o que inclui entre seus principais objetivos, a mitigação de riscos na esfera econômico-financeira (tarefa que ganhou preeminência no pós-crise de 2008); a garantia de níveis adequados de crescimento das economias dos países-membros; a manutenção da integridade e resiliência dos sistemas financeiros; e redução de desequilíbrios globais, evitando-se, dessa forma, o desencadeamento de crises sistêmicas (Lyrio e Pontes, 2024, p. 65). Porém, para esses autores, o momento atual é marcado por retrocessos na coordenação econômica global, como a retomada do protecionismo, imposição de sanções econômicas e a ruptura de cadeias de valor devido à pandemia de Covid-19. Países avançados estão adotando políticas industriais agressivas, contrastando com seu discurso de abertura de mercados, sinalizando que o G20 falhou em promover uma cooperação macroeconômica consistente para reduzir os desequilíbrios globais.

3.3. G20 Social – Grupos de Engajamento

A presidência brasileira do G20 intitulou de G20 Social o espaço de participação e contribuição da sociedade civil nas discussões e formulações de políticas relacionadas à Cúpula. O G20 Social inclui atividades de 13 Grupos de Engajamento (*engagement groups*), além de iniciativas e eventos coordenados entre trilhas política, financeira e atores não governamentais e manifestações das sociedades dos diferentes países do G20, permitindo ampla plataforma para os participantes não governamentais na formulação de políticas da Cúpula (Brasil, 2023).

Representantes dos *engagement groups do G20* definem posições conjuntas sobre os temas da agenda de cada grupo dentro de seus processos de diálogo independente. A responsabilidade pelos processos de formação de opinião está inteiramente nas mãos desses grupos. O trabalho realizado resulta em recomendações que serão incorporadas aos preparativos da Cúpula de Líderes por meio do processo Sherpa. Na presidência brasileira do G20, uma sessão de uma das reuniões de Sherpas foi dedicada exclusivamente à recepção dessas recomendações (Brasil, 2023).

Na sequência, estão listados os atuais *engagement groups*, o ano de surgimento, em qual presidência rotativa foram criados e suas áreas de atuação:

- (B20): Business (2010/ presidência do Canadá): conecta a comunidade empresarial aos governos do G20. O grupo envolve cerca de 1200 representantes empresariais.
- (Y20) Youth (2010/presidência do Canadá): é direcionado a jovens de 18 a 30 anos e busca possibilitar o diálogo entre jovens dos países membros do G20. Os futuros líderes de suas nações e do mundo têm a oportunidade de refletir sobre a agenda prioritária da juventude, influenciar debates e contribuir para a formulação de políticas públicas.
- (L20) Labour (2011/ presidência da França): representa os interesses dos trabalhadores, reunindo representantes dos sindicatos dos países do G20 e das Federações Sindicais Internacionais, sendo coordenado pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pelo Comitê Consultivo Sindical (TUAC-CSC) da OCDE.
- (T20) Think20 (2012/ presidência do México): reúne *think tanks*, institutos de pesquisa do G20 e países convidados e tem por objetivo produzir, debater, consolidar e apresentar ideias sobre como enfrentar os desafios atuais e emergentes que podem ser tratados pelo G20. Teams tratados em 2024: combate às desigualdades, à pobreza e à fome; ação climática sustentável e transições de energia inclusivas; reforma da arquitetura financeira internacional; comércio e investimento para um crescimento sustentável e inclusivo; transformação digital inclusiva; fortalecimento do multilateralismo e da governança global.
- (C20) Civil Society (2013/presidência da Rússia): visa assegurar que os líderes mundiais estejam atentos às recomendações e demandas da sociedade civil orga-

- nizada. O propósito é promover a proteção do meio ambiente, impulsionar o desenvolvimento social e econômico e atuar pela garantia dos direitos humanos.
- STARTUP20 (2013/presidência da Rússia): estabelece um diálogo aberto entre as diversas partes interessadas no ecossistema de startups e tecnologia, assim como as pequenas e médias empresas (PMEs), destacando as preocupações e desafios do setor aos líderes do G20.
 - (W20) Women (2014/presidência da Austrália): composto por mulheres de setores da academia, do empreendedorismo e da sociedade civil, que atuam de forma voluntária, com o objetivo de elaborar recomendações para políticas públicas em prol do empoderamento econômico de mulheres.
 - (S20) Science20 (2017/ presidência da Alemanha): voltado para a área de ciência e tecnologia. Formado pelas Academias nacionais de ciências dos países do G20, promove um diálogo entre a comunidade científica e os formuladores de políticas.
 - (U20) Urban (2017/ presidência da França): congrega cidades dos países membros do G20 com o objetivo de promover o debate e a articulação política de recomendações nas pautas de economia, clima e desenvolvimento nas cidades. Participa, também, do Grupo C40 de Grandes Cidades (C40 Cities), rede global de prefeitos das principais cidades do mundo que estão unidos em ações para enfrentar a crise climática, e pelas Cidades e Governos Locais Unidos (United Cities and Local Governments – UCLG).
 - (J20) Supreme Courts and Constitutional Courts (2018/presidência da Argentina): intercâmbio de ideias e de iniciativas sobre temas jurídicos de relevância na atualidade, de modo a instituir um fórum global para órgãos de jurisdição constitucional.
 - (P20) Parliament (2018/ presidência da Argentina): liderado pelos presidentes dos parlamentos dos países do G20, visa envolver os parlamentos para fortalecer a colaboração global e garantir a aplicação prática de acordos internacionais nos países membros do Grupo dos 20. Entre 2010 e 2018, o P20 funcionou no nível de reuniões de consulta e só foi estruturado em seu formato atual em 2018.
 - (SAI20) Supreme Audit Institutions (2022/ presidência da Indonésia): busca o fortalecimento da cooperação entre as Instituições Superiores de Controle (ISCs) dos países membros do G20, em um compromisso de promover a transparência, a responsabilidade e a eficácia na governança global.
 - (O20) Oceans (2024 – presidência da Brasil): inicialmente articulados pela Indonésia e pela Índia em 2020, na presidência da Arábia Saudita, o grupo O20 começa efetivamente a desenvolver seus trabalhos sob a presidência do Brasil em 2024. Seu objetivo é promover o debate e a articulação de recomendações nas pautas de economia oceânica, preservação e conservação dos oceanos.

O quadro-resumo abaixo mostra a sequência temporal e em qual presidência surgem os grupos de engajamento do G20.

Quadro 5
Grupos de Engajamento do G20

Ano de criação	Presidência	Grupo
2010	Canadá	B20 – Business (empresários)
2010	Canadá	Y20 – Youth (juventude)
2011	França	L20 – Labour (trabalho)
2012	México	T20 – Think20 (think tanks)
2013	Rússia	C20 – Civil Society (sociedade civil)
2013	Rússia	STARTUP20 (startups)
2014	Austrália	W20 – Women (mulheres)
2017	Alemanha	S20 – Science20 (ciências)
2017	França	U20 – Urban (cidades)
2018	Argentina	J20 – Supreme Courts and Constitutional Courts (cortes supremas)
2018**	Argentina	P20 – Parliament (parlamento)
2022	Indonésia	SAI20 – Supreme Audit Institutions (tribunais de conta)
2024*	Brasil	O20 – Oceans (oceanos)

** Entre 2010 e 2018, o P20 funcionou no nível de reuniões de consulta.

* Proposta inicial pela Indonésia e Índia em 2020.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como observado no quadro acima, houve um gradual aumento no número de grupos de engajamento, o que consubstancia também maior participação da sociedade em temas de relevância para diferentes grupos e setores. Se, por um lado, há uma intensificação na participação social, aspecto extremamente relevante, por outro, há ampla diversificação das temáticas discutidas no âmbito do G20 e aumento significativo de declarações¹⁰ e recomendações, o que pode gerar uma dispersão nos enfoques de temas prioritários.

No G20 2024 foi estruturada uma programação específica para os grupos de engajamento e demais entidades da sociedade civil participantes do chamado G20 Social, na semana anterior à Cúpula de Líderes. Será a Cúpula Social do G20, envolvendo 271 atividades autogestionadas, além de plenárias para discutir os eixos temáticos propostos pela presidência brasileira (combate à fome e à pobreza; transições energéticas e promoção do desenvolvimento sustentável; e reforma da governança global). Ao final desse evento será elaborado um documento com a

10 Em 2008, a cúpula do G20 realizada em Washington adotou 95 decisões, com foco em questões de natureza macroeconômica. Em 2021, em Roma, esse número saltou para 225, perpassando os mais diversos temas, de meio ambiente a questões de saúde. Lyrio e Pontes (2024, p. 55).

síntese das recomendações, e entregue ao presidente da África do Sul, que assume a presidência do G20 em 2025.

4. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar como se deu a presidência do Brasil junto ao G20, identificando possíveis inovações quanto às temáticas e proposições apresentadas, assim como as construções de consensos em torno dos temas discutidos. Para tanto, foi feito inicialmente um breve histórico do surgimento do fórum chamado Grupo dos 20 ou G20 Financeiro, situando o contexto histórico de sua criação. Em seguida, houve um detalhamento da estrutura de trabalho que atualmente ocorre nesse fórum, com a apresentação de suas trilhas e grupos de engajamento.

Quanto à análise da presidência brasileira do G20 e suas inovações apresentadas, o primeiro aspecto a considerar é o retorno de uma diplomacia presidencial ativa, recolocando o Brasil como um incentivador do multilateralismo, do diálogo e da busca pelo consenso. As responsabilidades assumidas pelo governo do Presidente Lula ao longo dos seus quatro anos de gestão: presidência do G20, COP 30 e Presidência dos BRICS corroboram essa afirmação.

Quanto ao lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável” e as prioridades propostas pelo Brasil (i. inclusão social e combate à fome e à pobreza; ii. transições energéticas e promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; iii. reforma das instituições de governança global), houve uma reação positiva dos países participantes, inclusive com relação à proposta de lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a ser apresentada ao final dos trabalhos, na Cúpula de Líderes do G20. Lembrando que o Brasil propôs a criação de duas forças-tarefa temporárias e conjuntas e uma iniciativa: (a) Força-Tarefa para o Lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; (b) Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima; e (c) Iniciativa sobre Bioeconomia. Pensadas com o objetivo de entregar resultados tangíveis até o final da presidência brasileira do G20, serão extintas ao final do evento (Brasil, 2023, p. 15)

Também, outro aspecto positivo foi a descentralização das reuniões preparatórias em 15 cidades-sede das cinco regiões Brasil: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR), Maceió (AL), Manaus, (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (sede da cúpula), Salvador (BA), São Luís (MA), São Paulo (SP) e Teresina (PI). Considerando a extensão territorial do Brasil (8.515.767,049 km²) e o número de sua população (212.583.750 habitantes), tal fato favoreceu maior participação de lideranças regionais, enriquecendo os debates, especialmente nas Trilhas de Sherpas e nos grupos de engajamento.

Quanto às negociações, o contexto geopolítico atual é pouco favorável à construção de consensos, haja vista a existência de dois grandes conflitos armados em curso e a Rússia, envolvida em um dos conflitos, integrar o G20. Porém, na avaliação do embaixador e sherpa brasileiro, Mauricio Lyrio, que coordena a Trilha de Sherpas, o Brasil conseguiu uma fórmula que já foi usada em outras negociações diplomáticas, num processo em que a presidência brasileira do G20 emite uma declaração sobre temas geopolíticos e, com isso, as declarações ministeriais podem ser emitidas normalmente sem ficarem refém de textos de geopolítica. Assim, busca-se concentrar a atenção em resultados concretos e evitar a dispersão de esforços em negociação de textos que se afastam das reais necessidades das pessoas. O grande número de aprovações por consenso de declarações e diretrizes e a elevada participação da sociedade nos grupos de engajamento é um reflexo dessa fórmula de trabalho.

Um outro aspecto a ser mencionado foi a articulação entre as trilhas de Sherpas e Finanças e a concordância sobre o tema apresentado pelo Brasil, da necessidade de reforma das instituições de governança global. Ao analisar as declarações dos grupos de trabalho, constatou-se que não houve consenso em dois temas: cultura e empoderamento das mulheres, o que sinaliza tanto as diferenças culturais quanto possíveis posicionamentos mais conservadores no que se refere aos costumes em governos de turno. Um outro tema que exige maior esforço para a construção de consensos é a questão ambiental e, sobretudo as mudanças climáticas. Tais aspectos poderão ser mais bem identificados após o encerramento da Cúpula de Líderes e a publicação da Declaração Final. Fato importante a mencionar foi o desastre ambiental ocorrido no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul em 2024, com fortes impactos em número de mortos e na economia da região, lembrando aos decisores que não é possível desconsiderar os eventos climáticos extremos e seus impactos, inclusive a interrelação desse tema com as questões de gênero e culturais.

Conforme esclarece Ramalho (2023), a presidência do G20 2024 buscou aumentar a participação de grupos marginalizados e Estados menos desenvolvidos, propondo reformas na governança global, incluindo o sistema de Bretton Woods e a ONU.

“O G20 oferece aos governantes oportunidades de construir consensos sobre as medidas necessárias para mitigar riscos e reduzir vulnerabilidades globais. Por não ser uma organização internacional, não se espera dele ações pragmáticas, mas subsídios a serem levados aos arranjos de governança global, inclusive para orientar a reforma destes. Sua informalidade não lhe diminui capacidade de influenciar a agenda global” (2023, p. 2).

Por fim, é possível afirmar que, ainda que o G20 2024 não tenha capacidade de implementação efetiva dos objetivos acordados, permanece como um importante fórum para dar voz às aspirações e desafios de diferentes grupos e países em um mundo complexo e desigual, que não pode prescindir do multilateralismo e do for-

talecimento dos mecanismos de governança global, na busca de mitigar os desafios geopolíticos, econômicos, sociais e ambientais, tão latentes no século XXI. Relembrando o que afirmaram o Embaixador Maurício Lyrio, Sherpa brasileiro no G20 2024, e o diplomata Kássius Pontes: “o papel do G20 é contribuir para uma governança global mais estruturada, ainda que imperfeita” (2023, p. 66).

Bibliografia

- Brasil, 2023. G20 Brasil. Building a just world and a sustainable planet. *Nota conceitual*. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos/notas-conceituais>
- Brasil, 2024. Decreto nº 11.561, de 13 de junho de 2023. Brasília, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11561.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.561%2C%20DE%2013,e%20na%20troika%20do%20G20
- CIGI, 2018. Forged in Crisis: An Inside Look at the G20's History. *The history of the G20*. Video. Disponível em: <https://www.cigionline.org/multimedia/forged-crisis-inside-look-g20s-history/>
- Cozendey, C. M. B., 2011. O papel do G20 no combate à crise global: resultados e perspectivas. *Boletim de Economia e Política Internacional* – IPEA, n. 8, out./dez. 2011, p. 83.
- G20 Brasil 2024. *Brasil na presidência do G20*. Entenda o que é G20 e as responsabilidades do Brasil. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>
- G20 Information Centre, 2024. *G20 Meetings of Finance Ministers and Central Bank Governors and Deputies Official Documents*. University of Toronto Library. Disponível em: <https://www.g20.utoronto.ca/ministerials.html>
- G20 Report, 2007. The group of Twenty: A history. Disponível em: <https://www.g20.utoronto.ca/docs/g20history.pdf>.
- G7 Information Centre. 1999. *Finance Minister Paul Martin Chosen as Inaugural Chairperson of New Group of Twenty*. Washington, DC, 25 September. University of Toronto Library. Disponível em: <https://g7.utoronto.ca/finance/fm992509.htm>
- Lyrio, M. C., Pontes, K. D. Silva, 2024. O G20. Brasília: FUNAG.
- Martins, A., 2023. Em um ano de governo, Lula visita 24 países e busca diplomacia presidencial. *CNN Brasil*, 30/12/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-um-ano-de-governo-lula-visita-24-paises-e-busca-diplomacia-presidencial/>
- Ramalho, A. J., 2023, A presidência brasileira do G20: credibilidade em favor da governança global para um futuro mais justo, próspero e sustentável. Friedrich-Ebert-Stiftung. *Ordem Global e Regional*. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/20757-20231130.pdf>